

Central Eólica Volta do Rio S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2018 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	14
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	24
4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	24
5. IMPOSTOS A RECUPERAR	24
6. DEPÓSITOS VINCULADOS	25
7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	26
8. FORNECEDORES	27
9. CONTAS A PAGAR – ELETROBRAS	27
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	28
11. PROVISÕES PARA RISCOS	30
12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
13. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS	31
14. RECEITA	32
15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	32
16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	33
17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	33
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	34
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	35
20. COMPROMISSOS	38
21. SEGUROS	38
22. EVENTOS SUBSEQUENTES	39
PARECER DO CONSELHO FISCAL	40
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	41

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Acionistas,

A Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado era de R\$138.867, representado por 138.867.441 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um Prejuízo de R\$32.025 mil em 2018, em comparação a um Prejuízo de R\$21.791 mil em 2017.

Receita Operacional

A receita operacional foi de R\$38.295 mil em 2018, em comparação a R\$24.872 mil em 2017, representando um aumento de 53,99%, relativo a um menor ajuste de receita em 2018. Esse ajuste decorre da diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada no ano.

Tributos e Encargos incidentes sobre a Receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$721 mil em 2018, comparados a R\$2.396 mil em 2017, representando uma redução de 69,91% resultante da mudança do regime de tributação.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$51.348 mil em 2018, em comparação a R\$32.102 mil em 2017, representando um aumento de 59,95%. Esse aumento decorre principalmente dos contratos de manutenção dos aerogeradores.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro em 2018 correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$9.845 mil, comparada a uma despesa financeira líquida de R\$9.323 em 2017, representando um aumento de 5,60%, decorrente, basicamente, do menor rendimento das aplicações financeiras em 2018.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2018, a Companhia apurou despesas no montante de R\$980 mil de imposto de renda e contribuição social. Comparativamente ao mesmo período em 2017, a Companhia apurou despesas no montante de R\$2.894 mil, tendo uma redução de 66,14%, justificada pela mudança no regime de tributação de lucro real para lucro presumido.

Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

R\$ mil	2018	2017	Var.%
Resultado Líquido	(32.025)	(21.791)	46,94
Despesa de IR e CS	980	2.842	(65,52)
Resultado Financeiro	9.845	9.323	5,60
Amortização e Depreciação	16.699	16.761	(0,37)
LAJIDA	(4.501)	7.135	-

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 01 DE JANEIRO DE 2017

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2018	2017 Reapresentado	01/01/2017 Reapresentado
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.480	4.704	26.568
Contas a receber	4	3.471	4.453	5.631
Estoques		408	118	-
Impostos a recuperar	5	870	896	2.412
Adiantamentos a fornecedores		616	5.607	1.567
Despesas antecipadas		355	355	305
Outros ativos		-	309	147
TOTAL DO CIRCULANTE		9.200	16.442	36.630
NÃO CIRCULANTE				
Depósitos vinculados	6	15.433	14.579	13.427
Partes relacionadas	18	-	750	592
Impostos a recuperar	5	2.277	2.701	-
Impostos diferidos		387	-	2.868
Imobilizado	7	193.669	206.379	222.773
Intangível	7	1.319	1.431	1.945
Outros ativos		79	1.874	835
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		213.164	227.714	242.440
ATIVO TOTAL		222.364	244.156	279.070

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 01 DE JANEIRO DE 2017

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2018	2017 Reapresentado	01/01/2017 Reapresentado
CIRCULANTE				
Fornecedores	8	1.194	873	801
Empréstimos e financiamentos	10	-	113.669	25.467
Contas a pagar – Eletrobras	9	6.656	11.339	2.337
Obrigações sociais		-	212	251
Partes relacionadas		-	-	6.948
Dividendos a pagar		-	-	712
Impostos a recolher		109	83	230
Outros passivos		-	-	15
TOTAL DO CIRCULANTE		7.959	126.176	36.761
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos	10	108.101	-	106.111
Contas a pagar – Eletrobras	9	1.128	1.234	1.339
Partes relacionadas	18	22.878	1.584	-
Impostos diferidos		-	-	-
Provisões para riscos		-	1.798	494
Provisão para desmobilização de ativos	13	8.999	8.124	7.334
Outros passivos		84	-	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		141.190	12.740	115.278
TOTAL DO PASSIVO		149.149	138.916	152.039
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	12			
Capital social		138.867	117.230	117.230
Adiantamentos para futuro aumento de capital		-	21.637	21.637
Prejuízos acumulados		(65.652)	(33.627)	(11.836)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		73.215	105.240	127.031
PASSIVO TOTAL		222.364	244.156	279.070

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo básico e diluído por lote de mil ações)

	Nota	2018	2017 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	14	30.148	22.476
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTOS DE OPERAÇÃO	15		
Pessoal		(2.315)	(2.080)
Material		(15.229)	(738)
Serviços de terceiros		(10.857)	(4.137)
Amortização e depreciação		(16.359)	(16.432)
Encargos e taxas de transmissão e conexão		(3.689)	(3.085)
Outras despesas		(1.220)	(2.270)
		(49.669)	(28.742)
PREJUÍZO BRUTO		(19.521)	(6.266)
DESPESAS OPERACIONAIS	15		
Pessoal e administradores		(11)	(36)
Amortização e depreciação		(340)	(329)
Serviços de terceiros		(1.061)	(776)
Outras despesas gerais		(267)	(2.219)
		(1.679)	(3.360)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro		(21.200)	(9.626)
Receitas financeiras	16	998	3.116
Despesas financeiras	16	(10.843)	(12.439)
		(9.845)	(9.323)
Lucro (Prejuízo) antes dos Impostos		(31.045)	(18.949)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	17	(1.144)	26
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	17	164	(2.868)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(32.025)	(21.791)
PREJUÍZO BÁSICO E DILUÍDO POR LOTE DE MIL AÇÕES – R\$		(250,10)	(185,88)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017 Reapresentado
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(32.025)	(21.791)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(32.025)</u>	<u>(21.791)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Prejuízos Acumulados	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital ("AFAC")	Total
		Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros			
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2017 (Originalmente apresentado)	117.230	-	-	(1.979)	21.637	136.888
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	(9.857)	-	(9.857)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2017 (Reapresentado)	117.230	-	-	(11.836)	21.637	127.031
Prejuízo do exercício	-	-	-	(21.791)	-	(21.791)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 (Reapresentado)	117.230	-	-	(33.627)	21.637	105.240
Integralização AFAC (Nota 12)	21.637	-	-	-	(21.637)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(32.025)	-	(32.025)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	138.867	-	-	(65.652)	-	73.215

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017 Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(32.025)	(21.791)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização (Nota 15)	16.699	16.761
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 16)	9.647	11.537
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados (Nota 16)	(901)	(1.358)
Impostos diferidos (Nota 17)	(387)	2.868
Juros sobre mútuos (Nota 16)	301	29
Provisões para riscos (Nota 11)	(1.798)	1.304
Provisão para desmobilização de ativos (Nota 13)	875	790
Baixa de Imobilizado e Intangível (Nota 7)	-	528
	(7.589)	10.668
(Aumento) Redução de Ativos		
Contas a receber de clientes (Nota 4)	2.780	1.178
Estoques	(290)	(118)
Impostos a recuperar (Nota 5)	450	(1.185)
Adiantamentos a fornecedores	4.991	(4.040)
Despesas antecipadas	-	(50)
Partes relacionadas (Nota 17)	750	(158)
Outros ativos	306	(1.292)
	8.987	(5.665)
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedores (Nota 8)	321	72
Obrigações sociais	(212)	(39)
Impostos a recolher	26	(147)
Contas a pagar – Eletrobras (Nota 9)	(4.789)	8.897
Outros passivos	-	(15)
Juros pagos (Nota 10)	(1.369)	(3.105)
	(6.023)	5.663
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(4.625)	10.666
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adição ao Imobilizado e ao Intangível (Nota 7)	(3.877)	(290)
Partes relacionadas – Mútuos pagos (Nota 18)	-	(5.393)
Depósitos vinculados (Nota 6)	(47)	206
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.830)	(5.477)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos (Nota 10)	(13.846)	(26.341)
Mútuo – Partes relacionadas	21.077	-
Dividendos pagos	-	(712)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	7.231	(27.053)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.224)	(21.864)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	4.704	26.568
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	3.480	4.704
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.224)	(21.864)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 2017 E 01 DE JANEIRO DE 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Companhia”), sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 27 de agosto de 2004, tendo como objetivo a implantação, a exploração e a comercialização da energia elétrica da Central Eólica Volta do Rio - CGE Volta do Rio (“Central Eólica” ou “Empreendimento”), localizada na Rua Volta do Rio, S/N, Ilha dos Coqueiros, Acaraú, Estado do Ceará.

A Companhia foi autorizada a funcionar como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos, de acordo com a Resolução ANEEL no 660/2001, com uma capacidade de produção instalada de 42 MWh, mediante operação de 70 aerogeradores. O Despacho da ANEEL no 3451/2007, autorizou a alteração das características técnicas, passando a central geradora eólica a ser composta por 28 aerogeradores, permanecendo com 42 MWh de potência instalada.

Em 30 de junho de 2004, foi firmado contrato de venda de 165.162 MWh por ano de energia pelo preço de R\$186,84 por MWh com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, por um prazo de 20 anos, a contar da data planejada da operação comercial, que inicialmente estava prevista para 28 de dezembro de 2006.

Em 2 de setembro de 2008, foram assinados aditivos ao contrato de venda de energia, que alterou a quantidade de energia anual de 165.162 MWh para 161.238 MW, permanecendo o preço de referência de R\$186,84 por MWh.

Em 15 de julho de 2009, foi assinado termo aditivo ao contrato de venda de energia, que alterou o início da operação comercial para 31 de outubro de 2009, permanecendo o prazo do contrato de 20 anos.

Apesar da autorização de funcionamento da Companhia pela ANEEL ser de 30 anos, em função de atrasos na implantação do projeto, a mesma só começou a operar sete anos depois, e não sendo solicitada a prorrogação do prazo de autorização à ANEEL. A Sociedade iniciou suas operações em 3 de setembro de 2010.

Conforme ofício CTA-ECC 1608/2013 da Eletrobras, a energia contratada a partir do exercício de 2013 passou de 161.238 MWh para 83.786 MWh por ano e o preço de referência de R\$186,84 por MWh para R\$211,90 por MWh vendido. Não houve alterações nos anos posteriores.

O preço de energia é reajustado anualmente pelo IGP-M. Em 31 de dezembro de 2018, o contrato de venda de energia com a Eletrobras possui as seguintes condições:

Usina	Quantidade MWh/ano	Preço R\$/MWh	Início do Contrato	Fim do Contrato
Volta do Rio	83.786	464,98 (*)	Set/10	Out/29

(*) Tarifa contratual reajustada pelo IGP-M.

O valor por MWh mencionado acima é o valor contratual recebível quando a energia gerada for entre 70% e 100% da energia contratada. Quando a energia gerada exceder a 100% da energia contratada ou quando energia gerada for menor do que 70% da energia contratada, o preço é ajustado com base na fórmula contratual, calculada pela diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada no ano anterior, referida ao centro de gravidade, pelo preço ajustado pela curva do fator de capacidade e a energia contratada no ano anterior pelo preço unitário definido no contrato, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

Em 31 de dezembro de 2018, a energia gerada de 70.641 MWh, foi inferior a energia contratada, de 83.786 MWh em 13.145 MWh, principalmente em decorrência da situação operacional dos aerogeradores da Companhia mencionada abaixo:

A empresa, Wind Power Energia S.A., entrou em processo de recuperação judicial em dezembro de 2014. Esta é a fornecedora dos aerogeradores e como tal, era responsável pela garantia de parte desses ativos. A referida empresa era também responsável pela operação e manutenção dos equipamentos, cujo contrato foi rescindido em 12 de novembro de 2014 e desde então a própria Companhia assumiu a manutenção do parque eólico.

Em 31 de dezembro de 2018, do total de 28 aerogeradores, o parque possuía 12 aerogeradores do projeto original parados, aguardando manutenção, e 6 aerogeradores novos, modelo WEG, e o que acarretou em geração de energia inferior à contratada no semestre findo naquela data.

Em decorrência da situação operacional dos aerogeradores, a Administração da Central Eólica Volta do Rio S.A., adotou como estratégia para retomar o funcionamento das máquinas, a contratação de um novo fornecedor, objetivando o reparo de todos os 28 aerogeradores até janeiro de 2020, com isso a Administração espera voltar a operar todos com a máxima capacidade do parque eólico.

O plano de negócios da administração prevê a utilização destes contratos para o reparo dos aerogeradores da Central Eólica Volta do Rio S.A., estando previsto neste plano o reparo dos demais aerogeradores dos parques Central Eólica Praias de Parajuru S.A. e Central Eólica Volta do Rio S.A.

1.1. Continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro 2018, a Companhia incorreu em prejuízo de R\$32.025.

O principal motivo para esse cenário é a situação operacional dos aerogeradores, conforme mencionado acima.

Diante deste cenário, a Companhia vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa. A seguir estão relacionados as ações e o plano da Companhia:

- a) Em 13 de julho de 2018, a Companhia assinou aditivo para a repactuação da dívida com a Caixa Econômica Federal, incluindo as seguintes condições: (i) período de carência de 24 meses com a suspensão das amortizações mensais; (ii) durante o período de carência intermitente, todos os recursos que possam ser distribuídos a título de dividendos obrigatórios declarados ou não aos acionistas, deverão ser retidos e ou reinvestidos para o custeio de despesas de manutenção e investimentos necessários para a troca e melhoria (*retrofit*) dos equipamentos.

A Companhia está adimplente em relação ao pagamento das parcelas dos financiamentos previstos no contrato.

- b) Resolução dos problemas com os aerogeradores considerando as ações em andamento com o novo fornecedor.
- c) A Companhia fará uso de recursos próprios como contraprestação do serviço envolvendo os aerogeradores, considerando o plano de repactuação da dívida acima descrito.

Com base nas projeções dos fluxos de caixa futuros previstos com a retomada da plena capacidade de geração de energia, a Administração entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Companhia.

1.2. Processo de arbitragem e descruzamento das participações societárias detidas conjuntamente pela Energimp S.A. (“Energimp”) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”)

Em 2013, foi iniciado um processo de arbitragem entre as acionistas da Companhia, Energimp S.A. e Cemig GT, visando resolver conflitos relacionados ao ajuste de preço previsto no contrato de compra e venda de ações das eólicas Central Eólica Praia do Morgado S.A., Central Eólica Praias de Parajuru S.A. e Central Eólica Volta do Rio S.A., firmado em 2009. Em 30 de maio de 2017, a sentença final do processo foi emitida pelo Tribunal Arbitral, favorável ao acionista Cemig GT e o processo de liquidação ocorreu mediante transferência de ações dos investimentos da Energimp.

Em 17 de maio de 2018 foi celebrado o “Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças”, para quitação da dívida que a Energimp possuía junto à Cemig GT, mediante processo de alienação e permuta de ativos. Em 20 de dezembro de 2018, mediante cumprimento das condições suspensivas previstas no “Instrumento Particular de Transação e Outras Avenças”, o descruzamento de ativos foi concluído e consistiu na aquisição pela Cemig GT de 51% da participação societária detida pela Energimp na empresa Volta do Rio, a qual era controlada em conjunto pela Energimp e Cemig GT e passou a ser uma subsidiária integral da Cemig GT.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 27 de setembro de 2019, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado e Intangível (Depreciação/Amortização);
- Nota 11 – Provisões para riscos;
- Nota 13 – Provisão para desmobilização.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

IFRS 15/ CPC 47 – Receita de Contratos com clientes

A IFRS 15 (CPC 47 - receita de contrato com clientes) estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituiu todas as exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs/IFRSs. Adicionalmente, o IFRS 15/CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas em vigor.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo IFRS 15/CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O IFRS 9/CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A norma eliminou as categorias existentes pela IAS 39/CPC 38 e, portanto, a Companhia passou a reclassificá-las de acordo com norma atual, conforme abaixo:

	Classificação	
	IAS 39/CPC 38	IFRS 9/CPC 48
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado
Passivos Financeiros		
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado
Empréstimos e Financiamentos	Custo amortizado	Custo amortizado
Contas a pagar - Eletrobras	Custo amortizado	Custo amortizado
Partes relacionadas	Custo amortizado	Custo amortizado

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

2.6 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

■ IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia avaliou os efeitos da aplicação inicial dessa nova Interpretação com base em seus contratos de arrendamento de parques eólicos e concluiu que estes contratos não atendem aos requisitos da nova norma.

- IFRIC 23/ICPC 22 – Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

A Companhia ainda está avaliando os potenciais efeitos da aplicação dessa nova Interpretação sobre os valores e divulgações apresentados em suas demonstrações financeiras.

- A Companhia analisou as demais normas alteradas e interpretações não vigentes e concluiu que as mesmas não deverão ter um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Valor justo por meio do resultado – encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa.

Custo amortizado – encontram-se nesta categoria os créditos com clientes, depósitos vinculados, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar com a Eletrobras.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, sem prazos fixados para o resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida, faturado e não faturado e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

d) Imobilizado

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas ao prazo da autorização de operação ao qual se refere. As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 7.

A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada período de reporte, considerando o prazo do contrato de venda de energia, com o efeito de quaisquer alterações nas estimativas sendo contabilizadas prospectivamente.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

e) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

g) Receita operacional

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e, portanto, inclui o fornecimento de energia realizado. A receita de venda inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Sociedade. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

h) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras referem-se, basicamente, aos juros sobre empréstimos e financiamentos.

2.8 Reapresentação das Demonstrações Financeiras

Conforme as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Companhia procedeu alterações na aplicação da prática contábil aplicada para o reconhecimento dos ativos operacionais do seu parque eólico, anteriormente tratados como ativos intangíveis de acordo com a interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão. Essas alterações foram feitas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 01 de janeiro de 2017.

As reclassificações e correções de erros abaixo apresentadas, foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- a) Reclassificação do direito de operação, com base na OCPC 05, que orienta sobre a aplicação da ICPC 01 para os contratos de concessão. Tendo em vista que a Companhia não atende aos requisitos para que seja aplicada a ICPC 01, foi realizada a reclassificação para o ativo imobilizado;
- b) Reversão dos impostos diferidos relativos a aplicação da ICPC 01 devido a mudança de classificação do direito de operação;
- c) Reversão da margem de construção contabilizada no Ativo Intangível em decorrência da ICPC 01;
- d) Reversão da amortização da margem de construção;
- e) Reversão da amortização dos impostos diferidos;
- f) Provisão para desmobilização do parque eólico.

Balço Patrimonial - Ativo	Nota	2017 Apresentado	Ajustes	2017 Reapresentado
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa		4.704	-	4.704
Contas a receber de cliente		4.453	-	4.453
Estoques		118	-	118
Impostos a recuperar		896	-	896
Partes relacionadas		-	-	-
Despesas antecipadas		355	-	355
Adiantamentos a fornecedores		5.607	-	5.607
Outros ativos		309	-	309
TOTAL DO CIRCULANTE		16.442	-	16.442
NÃO CIRCULANTE				
Depósitos vinculados		14.579	-	14.579
Impostos a recuperar		2.701	-	2.701
Partes relacionadas		750	-	750
Imobilizado	a; f	963	205.416	206.379
Intangível	a; c; d	211.644	(210.213)	1.431
Diferido		76	-	76
Outros ativos		1.798	-	1.798
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		232.511	(4.797)	227.714
ATIVO TOTAL		248.953	(4.797)	244.156

Balço Patrimonial - Passivo	Nota	2017 Apresentado	Ajustes	2017 Reapresentado
CIRCULANTE				
Fornecedores		873	-	873
Empréstimos e financiamentos		113.669	-	113.669
Contas a pagar – Eletrobras		11.339	-	11.339
Obrigações sociais		212	-	212
Partes relacionadas		-	-	-
Dividendos a pagar		-	-	-
Impostos a recolher		83	-	83
Outros passivos		-	-	-
TOTAL DO CIRCULANTE		126.176	-	126.176
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e financiamentos		-	-	-
Contas a pagar – Eletrobras		1.234	-	1.234
Partes relacionadas		1.584	-	1.584
Impostos diferidos	b; e	2.463	(2.463)	-
Provisões para riscos		1.798	-	1.798
Provisão para Desmobilização de Ativos	f	-	8.124	8.124
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		7.079	5.661	12.740
TOTAL DO PASSIVO		133.255	5.661	138.916
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social		117.230	-	117.230
Adiantamentos para futuro aumento de capital		21.637	-	21.637
Prejuízos acumulados	b; c; d; e; f	(23.169)	(10.458)	(33.627)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		115.698	(10.458)	105.240
PASSIVO TOTAL		248.953	(4.797)	244.156

Demonstrações dos Resultados	Nota	2017 Apresentado	Ajustes	2017 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA		22.476	-	22.476
CUSTOS OPERACIONAIS				
CUSTOS DE OPERAÇÃO				
Pessoal		(2.080)	-	(2.080)
Material		(738)	-	(738)
Serviços de terceiros		(4.137)	-	(4.137)
Amortização e depreciação	d; f	(16.820)	388	(16.432)
Encargos e taxas de transmissão e conexão		(3.085)	-	(3.085)
Outras despesas		(2.270)	-	(2.270)
		(29.130)	388	(28.742)
PREJUÍZO BRUTO		(6.654)	388	(6.266)
DESPESAS OPERACIONAIS				
Pessoal e administradores		(36)	-	(36)
Amortização e depreciação		(329)	-	(329)
Serviços de terceiros		(776)	-	(776)
Outras despesas gerais		(2.219)	-	(2.219)
		(3.360)	-	(3.360)
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		(10.014)	388	(9.626)
Receitas Financeiras		3.116	-	3.116
Despesas Financeiras	f	(11.649)	(790)	(12.439)
		(8.533)	(790)	(9.323)
Prejuízo antes dos Impostos		(18.547)	(402)	(18.949)
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes		26	-	26
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	e	(2.669)	(199)	(2.868)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(21.190)	(601)	(21.791)

	2017 Apresentado	Ajustes	2017 Reapresentado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício	(21.190)	(601)	(21.791)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização (Nota 15)	17.149	(388)	16.761
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	11.537	-	11.537
Rendimentos Financeiros sobre Depósitos vinculados (Nota 16)	(1.358)	-	(1.358)
Impostos diferidos (Nota 17)	2669	199	2.868
Juros sobre mútuos (Nota 16)	29	-	29
Provisões (Nota 11)	1.304	-	1.304
Baixa de Imobilizado e Intangível (Nota 7)	528	-	528
Provisão para desmobilização de ativos	-	790	790
	10.668	-	10.668
(Aumento) Redução de Ativos			
Contas a receber de clientes (Nota 4)	1.178	-	1.178
Estoques	(118)	-	(118)
Impostos a recuperar (Nota 5)	(1.185)	-	(1.185)
Adiantamentos a fornecedores	(4.040)	-	(4.040)
Despesas antecipadas	(50)	-	(50)
Partes relacionadas (Nota 17)	(158)	-	(158)
Outros ativos	(1.292)	-	(1.292)
	(5.665)	-	(5.665)
(Redução) Aumento de Passivos			
Fornecedores (Nota 8)	72	-	72
Obrigações sociais	(39)	-	(39)
Impostos a recolher	(147)	-	(147)
Contas a pagar – Eletrobras (Nota 9)	8.897	-	8.897
Outros passivos	(15)	-	(15)
Provisões (Nota 11)	-	-	-
Juros pagos (Nota 16)	(3.105)	-	(3.105)
	5.663	-	5.663
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	10.666	-	10.666
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Adição ao Imobilizado e ao Intangível (Nota 7)	(290)	-	(290)
Partes relacionadas – Mútuos pagos (Nota 18)	(5.393)	-	(5.393)
Depósitos vinculados (Nota 6)	206	-	206
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(5.477)	-	(5.477)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Amortização de Empréstimos e Financiamentos (Nota 10)	(26.341)	-	(26.341)
Dividendos pagos	(712)	-	(712)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(27.053)	-	(27.053)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(21.864)	-	(21.864)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	26.568	-	26.568
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	4.704	-	4.704
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(21.864)	-	(21.864)

Balço Patrimonial - Ativo	Nota	01/01/2017 Apresentado	Ajustes	01/01/2017 Reapresentado
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa		26.568	-	26.568
Contas a receber de cliente		5.631	-	5.631
Impostos a recuperar		2.412	-	2.412
Despesas antecipadas		305	-	305
Adiantamentos a fornecedores		1.567	-	1.567
Outros ativos		147	-	147
TOTAL DO CIRCULANTE		36.630	-	36.630
NÃO CIRCULANTE				
Depósitos vinculados		13.427	-	13.427
Partes relacionadas		592	-	592
Impostos diferidos	b	206	2.662	2.868
Imobilizado	a; f	929	221.844	222.773
Intangível	a; c	228.974	(227.029)	1.945
Outros ativos		835	-	835
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		244.963	(2.523)	242.440
ATIVO TOTAL		281.593	(2.523)	279.070

Balço Patrimonial - Passivo	Nota	01/01/2017 Apresentado	Ajustes	01/01/2017 Reapresentado
CIRCULANTE				
Fornecedores		801	-	801
Empréstimos e Financiamentos		25.467	-	25.467
Contas a pagar – Eletrobras		2.337	-	2.337
Obrigações sociais		251	-	251
Partes relacionadas		6.948	-	6.948
Dividendos a pagar		712	-	712
Impostos a recolher		230	-	230
Outros passivos		15	-	15
TOTAL DO CIRCULANTE		36.761	-	36.761
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos		106.111	-	106.111
Contas a pagar – Eletrobras		1.339	-	1.339
Partes relacionadas		-	-	-
Impostos diferidos		-	-	-
Provisões para riscos		494	-	494
Provisão para Desmobilização de Ativos		-	7.334	7.334
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		107.944	7.334	115.278
TOTAL DO PASSIVO		144.705	7.334	152.039
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital Social		117.230	-	117.230
Adiantamentos para futuro aumento de capital		21.637	-	21.637
Prejuízos acumulados	b; c; f	(1.979)	(9.857)	(11.836)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		136.888	(9.857)	127.031
PASSIVO TOTAL		281.593	(2.523)	279.070

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017	01/01/2017
Caixas e Bancos	-	9	1.390
Recursos em contas bancárias – aplicação automática			
Caixa Econômica Federal	3.480	4.695	25.178
Total	3.480	4.704	26.568

Aplicações financeiras automáticas vinculadas aos saldos das contas correntes regulares, com liquidez imediata e não estão sujeitos a riscos significativos de mudança de valor. Foram remuneradas à taxas, aproximadamente 6,23% de rendimento, nos últimos doze meses, (entre 9,61% e 9,88%, em 2017 e entre 13,54% e 14,05% em 2016).

Por não haver restrições ao resgate antecipado dos valores aplicados e estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as aplicações foram consideradas equivalentes de caixa.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo do contas a receber junto à Eletrobras em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$3.471 (R\$4.453 em 31 de dezembro de 2017, R\$5.631 em 01 de janeiro de 2017), refere-se à venda de energia e está composto por uma parcela da fatura do mês de novembro e a fatura do mês de dezembro.

De acordo com o contrato de compra e venda de energia, o pagamento de cada fatura mensal ocorrerá em três parcelas iguais, sendo a primeira e a segunda com vencimentos em até o dia 20 e 30 do mês subsequente ao do período de operação considerado. Já a terceira parcela terá vencimento até o dia 10 do segundo mês subsequente ao do período de operação considerado.

A exposição da Companhia a risco de crédito está divulgada na nota explicativa nº 19.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2018	2017	01/01/2017
COFINS a recuperar	113	105	116
PIS a recuperar	17	15	25
CSLL a recuperar (a)	534	667	329
IRRF a recuperar (a)	2.052	2.328	1.188
IRRF sobre aplicação financeira (b)	422	473	742
Outros	9	9	12
Total	3.147	3.597	2.412
Circulante	870	896	2.412
Não circulante	2.277	2.701	-
Total	3.147	3.597	2.412

- (a) Referem-se a créditos oriundos de valores retidos na fonte sobre o recebimento da receita de venda de energia à Eletrobras.
- (b) Referem-se a créditos oriundos de retenções na fonte de aplicações financeiras.

6. DEPÓSITOS VINCULADOS

	2018	2017	01/01/2017
Conta reserva especial (a)	9.290	5.723	5.264
Conta reserva (b)	6.143	8.856	8.163
Total	15.433	14.579	13.427

Refere-se a obrigações contratuais do financiamento com a Caixa Econômica Federal, conforme discriminado abaixo:

- (a) Conta reserva especial - precisa manter um saldo equivalente a R\$3.143, a ser constituído do segundo ao sexto mês após a entrada em operação. A variação apresentada na referida conta se deve ao acréscimo de rendimento do período.
- (b) Conta reserva - precisa manter um saldo equivalente ao valor de três prestações mensais, vincendas, constituídas do principal, encargos e acessórios.

Os saldos são mantidos em aplicação financeiras e sobre os mesmos incidem rendimentos de 98,5% a 101,2% da variação do CDI, e em fundo de investimento amplo, que obteve nos últimos doze meses, aproximadamente 6,23% de rendimento.

Em 13 de julho de 2018, a Companhia assinou termo aditivo para o contrato de vinculação de receita, administração de contas e outras avenças, que previa a liberação dos recursos contidos na Conta Reserva e Conta Reserva Especial, condicionada a utilização dos recursos para o custeio de despesas de manutenção e investimentos necessários para a troca e melhoria (*retrofit*) dos equipamentos e a celebração de contrato de fornecimento de solução tecnológica para troca e melhoria dos equipamentos de geração de energia. A Companhia deverá constituir a Conta Reserva e Conta Reserva Especial, após o fim do período de carência intermitente.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa média anual de deprec. (%)	2018			2017 (Reapresentado)			01/01/2017 (Reapresentado)		
		Custo	Dep./ Amort. Acum.	Valor Líquido	Custo	Dep./ Amort. Acum.	Valor Líquido	Custo	Dep./ Amort. Acum.	Valor Líquido
Intangível										
Concessão	5	2.100	(808)	1.292	2.096	(700)	1.396	2.533	(594)	1.939
Outros	5	38	(11)	27	38	(3)	35	6	-	6
Total do Intangível		2.138	(819)	1.319	2.134	(703)	1.431	2.539	(594)	1.945
Imobilizado										
Móveis e utensílios	10	98	(52)	46	94	(40)	54	89	(30)	59
Computadores e periféricos	20	90	(50)	40	86	(36)	50	166	(21)	145
Máquinas e equipamentos (1)	10	341.891	(151.616)	190.275	341.259	(135.090)	206.169	341.007	(118.584)	222.423
Ferramentas	10	84	(28)	56	84	(19)	65	94	(11)	83
Veículos	20	111	(92)	19	111	(70)	41	111	(48)	63
Imobilizado em curso		3.233	-	3.233	-	-	-	-	-	-
Total do Imobilizado		345.507	(151.838)	193.669	341.634	(135.255)	206.379	341.467	(118.694)	222.773
Total Imobilizado + Intangível		347.645	(152.657)	194.988	343.768	(135.958)	207.810	344.006	(119.288)	224.718

(1) A depreciação de “Máquinas e equipamentos” varia de 5% a 10%.

A movimentação do imobilizado e do intangível é como segue:

	Valor Bruto em 2017 (Reapresentado)	Adições	Valor Bruto em 2018	Depreciação/ Amortização acumulada	Valor Líquido em 2018
Intangível					
Concessão	2.096	4	2.100	(808)	1.292
Outros	38	-	38	(11)	27
Total do Intangível	2.134	4	2.138	(819)	1.319
Imobilizado					
Computadores e periféricos	86	4	90	(50)	40
Máquinas e equipamentos	341.259	632	341.891	(151.616)	190.275
Ferramentas	84	-	84	(28)	56
Móveis e utensílios	94	4	98	(52)	46
Veículos	111	-	111	(92)	19
Imobilizado em curso	-	3.233	3.233	-	3.233
Total do Imobilizado	341.634	3.873	345.507	(151.838)	193.669
Imobilizado + Intangível	343.768	3.877	347.645	(152.657)	194.988

Em 31 de dezembro de 2018 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

8. FORNECEDORES

	2018	2017	01/01/2017
Materiais	468	397	203
Serviços	726	476	598
Total	1.194	873	801

9. CONTAS A PAGAR – ELETROBRAS

	2018	2017	01/01/2017
Provisão REIDI (a)	1.233	1.339	1.445
Ajuste de energia de 2016 (b)	-	-	2.231
Ajuste de energia de 2017 (b)	-	11.234	-
Ajuste de energia de 2018 (b)	6.112	-	-
Garantia Eletrobras (c)	439	-	-
Total	7.784	12.573	3.676
Circulante	6.656	11.339	2.337
Não circulante	1.128	1.234	1.339
Total	7.784	12.573	3.676

- (a) Refere-se à provisão do desconto de tarifa ser efetuada pela Eletrobras, decorrente do benefício auferido pela Companhia durante o período de construção do parque eólico, conforme legislação que instituiu o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI. A liquidação deste saldo está sendo realizada em conformidade ao período de vigência do contrato de venda de energia.
- (b) Conforme Capítulo II do Contrato de Compra e Venda de Energia, celebrado com a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras, o somatório das diferenças mensais apuradas durante o ano, período de 12 meses começando em janeiro e terminando em dezembro, será compensado nos pagamentos do ano subsequente. A parcela do ajuste será calculada pela diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada no ano, rateada igualmente pelos 12 meses do ano subsequente.

O ajuste de energia de 2018, refere-se à diferença entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada no exercício de 2018. Este ajuste será liquidado em doze parcelas iguais, mensais e consecutivas, incluídas no faturamento da Eletrobras ao longo do exercício de 2019.

- (c) Valor referente ao mínimo de faturamento mensal correspondente à 70% da energia contratada, cujo pagamento é garantido pela Eletrobras conforme estabelecido na cláusula 14, do referido contrato do Contrato de Compra e Venda de Energia. O montante necessário para complementar a diferença positiva entre o piso e a energia gerada no período se constituirá em dívida com a Eletrobras e será liquidado pela Sociedade em parcelas iguais pelos 12 meses do ano subsequente conforme metodologia informada na nota explicativa nº 1.

	2018
Energia gerada em MWh	70.641
Energia faturada em MWh	83.786
Ajuste de energia em MWh	(13.145)
Ajuste de energia em R\$ mil	6.112

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 2018 a Companhia assinou aditivo para a repactuação da dívida com a Caixa Econômica Federal, incluindo as condições relacionadas na nota explicativa nº 1.1.

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moeda	Saldo em 2018			Saldo em 2017	Saldo em 01/01/2017
				Circulante	Não Circulante	Total		
MOEDA NACIONAL								
Caixa Econômica Federal	Fevereiro/2022	TJLP + 2,50%	R\$	-	108.101	108.101	113.669	131.578
Total Geral				-	108.101	108.101	113.669	131.578

A composição consolidada dos empréstimos e financiamentos, por indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2020	2021	2022	Total
Indexadores				
Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP	28.450	68.280	11.371	108.101
Total Geral	28.450	68.280	11.371	108.101

O indexador utilizado para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos teve as seguintes variações:

Indexador	Varição Acumulada em 2018 (%)	Varição Acumulada em 2017 (%)
TJLP	(0,29)	(6,67)

A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Saldo em 01 de janeiro de 2017	131.578
Varição Monetária	11.537
Encargos financeiros pagos	(3.105)
Amortização de financiamentos	(26.341)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	113.669
Varição Monetária	9.647
Encargos financeiros pagos	(1.369)
Amortização de financiamentos	(13.846)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	108.101

Garantias

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos da Companhia é garantido por sua controladora Cemig GT da seguinte forma:

	2018
Recebíveis	108.101
TOTAL	108.101

Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Caixa Econômica Federal poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplemento, falência, ocorrência de procedimento judicial ou de qualquer evento que possa afetar a segurança do crédito concedido, redução do quadro de pessoal e extinção da autorização da ANEEL para exploração do empreendimento.

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Exigibilidade de cumprimento
Financiamento Caixa Econômica Federal	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida	Manter índice igual ou superior a 1,20	Anual (durante o período de amortização)
	Patrimônio Líquido/Passivo Total	Manter relação mínima de 20,63%	Anual (durante o período de amortização)
	Capital Social Subscrito e Integralizado da financiada/Total dos investimentos realizados do projeto financiado	Manter relação mínima de 20,63%	Anual (durante o período de amortização)

Os contratos de financiamentos da Caixa Econômica Federal para a Central Eólica Volta do Rio possuem *covenants* financeiros com exigibilidade de cumprimento condicionado ao vencimento antecipado do saldo remanescente da dívida. Somente é considerado exigível o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, anualmente e durante o período de amortização, sendo o início deste período a partir de agosto de 2020.

Em função da Companhia não ter atendido o cumprimento dos limites acima descritos em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica de empréstimos e financiamentos foi classificado no passivo circulante. Em decorrência do atendimento aos *covenants* em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reclassificou o saldo para o não circulante.

A Companhia excepcionalmente não apresentou as demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no prazo exigido pelo contrato de empréstimo. Em virtude desta excepcionalidade, a Companhia solicitou à Caixa Econômica Federal, que concedessem prazo adicional para a divulgação dessas demonstrações financeiras até 30 de setembro de 2019. Não houve decretação de vencimento antecipado do financiamento da Companhia em razão do atraso de divulgação das demonstrações financeiras em questão.

11. PROVISÕES PARA RISCOS

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possui processos cuja probabilidade de perda seja considerada provável pelos assessores jurídicos.

Saldo em 01 de janeiro de 2017	494
Complemento de provisão	1.304
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.798
Reversão de provisão	(1.798)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Trabalhistas

A Companhia é parte de ações movidas por seus empregados, as quais versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias e benefícios diversos, sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$24.

Cíveis

Ainda, a Companhia está envolvida em ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$513.

Tributárias

Também é parte de processos judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, entre outros, assuntos a respeito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sendo o valor da contingência, aproximadamente, de R\$12.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2018, o Capital Social da Companhia era de R\$138.867 (R\$117.230 em 31 de dezembro de 2017), representado por 138.867.440 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT, e 117.230.000 em 31 de dezembro de 2017, onde 59.787.299 (51%) pertenciam à Energimp e 57.442.700 (49%) de propriedade da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais. As ações preferenciais não conferem direito a voto a seu titular, sendo a elas assegurada a prioridade no reembolso do valor das ações subscritas e integralizadas, no caso de dissolução da Companhia ou distribuição de dividendos.

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital

Em 17 de julho de 2018, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R\$21.637 mediante conversão de adiantamentos para futuro aumento, na proporção das respectivas participações acionárias vigentes naquela data.

Prejuízo por lote de mil ações

Está calculado com base na quantidade média ponderada das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia, o prejuízo diluído por ação é igual ao prejuízo básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidores.

Ações em 31 de dezembro de 2017	117.230.000
Aumento de capital em 17 de julho de 2018	21.637.440
Ações em 31 de dezembro de 2018	138.867.440
Média ponderada de ações em 31 de dezembro de 2018	128.048.720
Prejuízo do exercício – R\$ mil	(32.025)
Prejuízo básico diluído por lote de mil ações - R\$	(250,10)

13. DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia possui contrato de arrendamento de terreno, que contém obrigação de retirada dos aerogeradores ao final do prazo do contrato. Assim, em atendimento ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes, deve-se constituir a provisão de desmobilização de ativos, para fazer face às responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Adicionalmente, na mensuração inicial do ativo, deve-se considerar os custos de desmontagem e remoção do item e restauração do terreno no qual este está instalado, em aderência ao CPC 27.

Ativo	
CAPEX	336.328
3% do CAPEX	10.090
WTG (Gerador Eólico de Torre)	28
Custo/WTG sem o efeito da inflação:	360
Índice de atualização (1)	1.217,73
Taxa de desconto (CDI) (2)	8,6205%
Valor presente dos custos estimados (2010)	3.915
Amortização até 31/12/2016	(1.272)
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2016	2.643
Amortização em 2017	(196)
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2017	2.447
Amortização em 2018	(196)
Valor presente dos custos estimados em 31/12/2018	2.251

(1) Índice de atualização pelo IGP-M, considerando o período da entrada em operação do parque eólico, setembro de 2010.

(2) Taxa CDI do período de entrada em operação do parque eólico.

Passivo	
Saldo em 01 de janeiro de 2017	7.334
Variação Monetária	790
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.124
Variação Monetária	875
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.999

14. RECEITA

	2018	2017
Venda de energia	30.869	24.872
Deduções à receita operacional (a)	(721)	(2.396)
Receita Operacional Líquida	30.148	22.476

(a) Deduções à Receita Operacional

	2018	2017
PIS/COFINS correntes	(944)	(2.396)
PIS/COFINS sobre diferenças temporárias	223	-
Total das deduções	(721)	(2.396)

15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Pessoal	2.326	2.116
Material	15.229	738
Serviços de terceiros	11.918	4.913
Amortização e depreciação	16.699	16.761
Encargos e taxas de transmissão e conexão	3.689	3.085
Outros custos e despesas operacionais	1.487	4.489
	51.348	32.102
Custos totais	49.669	28.742
Despesa operacional	1.679	3.360
TOTAL	51.348	32.102

16. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Receitas Financeiras		
Renda de aplicação financeira – Equivalentes de caixa	97	1.688
Rendimentos financeiros sobre depósitos vinculados	901	1.358
Outras receitas financeiras	-	70
	998	3.116
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(9.648)	(11.537)
Juros sobre mútuos	(301)	(29)
Outras despesas financeiras	(894)	(873)
	(10.843)	(12.439)
Resultado Financeiro	(9.845)	(9.323)

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Para o exercício de 2018, a Companhia optou pela mudança do regime tributário de apuração do imposto de renda e contribuição social, passando do regime do lucro real para o lucro presumido.

O cálculo da despesa com imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está demonstrado abaixo:

	2018	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Faturamento	38.295	38.295
Descontos da fatura:		
REIDI do período	(1.038)	(1.038)
Ajuste de energia 2017	(11.234)	(11.234)
Base de Cálculo s/ Faturamento	26.023	26.023
Percentual de presunção	8%	12%
Base de Cálculo antes de outras Receitas	2.082	3.123
Receitas Financeiras	998	998
Base de Cálculo	3.080	4.121
Alíquota nominal	15%	9%
Tributos apurados	(462)	(371)
Adicional (10%)	(284)	-
Outros	(22)	(5)
IR e CS correntes	768	376
IR e CS diferidos	(121)	(43)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	647	333

	Lucro Real	2017
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		(18.547)
Adições		1.763
Prejuízo fiscal/Base negativa		(16.784)
Alíquotas fiscais		34%
Crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social		5.707
Crédito de Imposto de Renda e Contribuição Social não contabilizado		(5.707)
Prejuízo fiscal e base negativa		(2.868)
Impostos diferidos		-
Outros		26
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social		(2.842)

O saldo dos impostos diferidos passivos em 31 de dezembro 2018 e 31 de dezembro de 2017 está composto conforme demonstrado abaixo:

	2018	2017
IR e CS sobre diferenças temporárias sobre reconhecimento de receita	164	-
Total IR e CS	164	-
PIS e COFINS sobre diferenças temporárias sobre reconhecimento de receita	223	-
Total PIS e COFINS	223	-
Total Impostos diferidos ativos	387	-
Efeito IR e CSLL no resultado	164	-
Efeito PIS e COFINS no resultado	223	-
Efeito total no resultado	387	-

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO			PASSIVO		
	2018	2017	01/01/2017	2018	2017	01/01/2017
Central Eólica Praias de Parajuru S.A.						
Não circulante						
Mútuos (2)	-	-	-	22.000	-	6.948
Notas de débito (1)	-	-	-	878	843	-
Central Eólica Praia de Morgado S.A.						
Não circulante						
Notas de crédito (1)	-	217	15	-	-	-
Notas de débito (1)	-	-	-	-	624	-
Nova Eólica Cajucoco S.A.						
Não circulante						
Notas de crédito (1)	-	99	199	-	-	-
Notas de débito (1)	-	-	-	-	14	-
Nova Eólica Coqueiro S.A.						
Não circulante						
Notas de crédito (1)	-	205	179	-	-	-
Nova Eólica Buriti S.A.						
Não circulante						
Notas de crédito (1)	-	229	199	-	-	-
Energimp S.A.						
Não circulante						
Notas de débito (1)	-	-	-	-	103	-
Dividendos (3)	-	-	-	-	-	712
	-	750	592	22.878	1.584	7.660

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Refere-se a saldo credor/devedor da Companhia com a empresa ligada decorrente de pagamentos de despesas diversas.
- (2) Empréstimo com parte relacionada a ser utilizado no conserto dos aerogeradores cujas condições de pagamento ainda estão sendo definidas entre as partes. Sobre os saldos incidem IOF.
- (3) A partir de 20 de dezembro de 2018 com a conclusão do descruzamento de ativos, a Energimp S.A. deixou de ser parte relacionada da Companhia.

A Companhia não remunera diretamente os membros da Diretoria, sendo remunerados pelo acionista controlador.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2018		2017		01/01/2017	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos							
Custo amortizado (1)							
Contas a receber de clientes	2	3.471	3.471	4.453	4.453	5.631	5.631
Partes relacionadas	2	79	79	750	750	592	592
Depósitos vinculados	2	15.433	15.433	14.579	14.579	13.427	13.427
		18.983	18.983	19.782	19.782	19.650	19.650
Valor justo por meio do resultado							
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	2	3.480	3.480	4.704	4.704	26.568	26.568
		3.480	3.480	4.704	4.704	26.568	26.568
		22.463	22.463	24.486	24.486	46.218	46.218
Passivos							
Custo amortizado (1)							
Fornecedores	2	(1.194)	(1.194)	(873)	(873)	(801)	(801)
Empréstimos e Financiamentos	2	(108.101)	(108.101)	(113.669)	(113.669)	(131.578)	(131.578)
Contas a pagar – Eletrobras	2	(7.784)	(7.784)	(12.573)	(12.573)	(3.676)	(3.676)
		(117.079)	(117.079)	(127.115)	(127.115)	(136.055)	(136.055)

(1) Em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 01 de janeiro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2018, 2017 e 01 de janeiro de 2017.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais, relacionados às variações da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI, conforme demonstrado a seguir:

	2018	2017	01/01/2017
Ativos Financeiros			
Aplicações financeiras CDB e Fundos de investimento	3.480	4.695	25.178
Depósitos vinculados	15.433	14.579	13.427
	18.913	19.274	38.605
Passivos Financeiros			
Empréstimos e Financiamentos (TJPL + 2,5% a.a.)	(108.101)	(113.669)	(131.578)
	(108.101)	(113.669)	(131.578)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	(89.188)	(94.395)	(92.973)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 20109, a taxa SELIC será de 5,25% e a TJLP será de 5,58%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta na taxa de 25% e 50%, respectivamente.

Risco - Alta nas taxas de juros nacionais	2018	2019		
	Valor contábil	Cenário TJLP 5,58%	Cenário TJLP + 25% 6,975%	Cenário TJLP + 25% 8,37%
		SELIC 5,25%	SELIC + 25% 6,5625%	SELIC +50% 7,875%
Ativos				
Aplicações financeiras CDB e Fundos de investimento - SELIC	3.480	3.663	3.708	3.754
Depósitos vinculados - SELIC	15.433	16.243	16.446	16.648
	18.913	19.906	20.154	20.402
Passivos				
Empréstimos e financiamentos – TJLP	(108.101)	(114.133)	(115.641)	(117.149)
Passivo líquido exposto	(89.188)	(94.227)	(95.487)	(96.747)
Efeito líquido da variação das taxas de juros		(5.039)	(6.299)	(7.559)

Risco de Liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	1.194	-	-	-	-	1.194
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	108.101	-	108.101
Contas a pagar - Eletrobras	555	1.109	4.992	423	705	7.784
	1.749	1.109	4.992	108.524	705	117.079

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados. A principal fonte de receitas da Companhia advém da venda de energia à Eletrobrás no âmbito do Proinfa, portanto, o risco de crédito é considerado baixo.

Risco de vencimento antecipado de empréstimo e financiamento

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos da Sociedade com a Caixa Econômica Federal, as quais estão mencionadas na nota explicativa nº 10.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, que poderá acarretar na redução da quantidade de energia gerada e, conseqüentemente, na redução da rentabilidade do negócio.

20. COMPROMISSOS

Arrendamentos

A Companhia possui compromisso referente ao contrato de arrendamentos de terras. Os pagamentos efetuados para arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos referem-se, preponderantemente, ao terreno onde estão instaladas as torres eólicas da Companhia e possuem as seguintes características:

Área (ha)	Início (Vigência)	Fim (Vigência)	Prazo	Pagamento Mensal
376	02/02/2002	14/07/2030	28 anos	2% da Receita Operacional

Contrato de reparo de aerogeradores

A Companhia possui contratos de prestação de serviços, fornecimento de materiais e equipamentos necessários para recuperação dos aerogeradores do seu parque eólico, com vigência até a completa execução dos serviços, objetivando a substituição de todos os aerogeradores até janeiro de 2020.

21. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro, com vigência até 1º de dezembro de 2019, para cobertura de riscos operacionais, sendo:

- R\$75.000 de indenização máxima contra danos materiais;
- R\$12.441 de indenização máxima para cobertura de lucros cessantes; e,
- R\$10.000 de indenização máxima para cobertura de responsabilidade civil.

As apólices de seguros foram emitidas considerando como segurados Central Eólica Praias de Parajuru S.A., Central Eólica Volta do Rio S.A. e Caixa Econômica Federal.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Companhia excepcionalmente não apresentou as demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no prazo exigido pelo contrato de empréstimo. Em virtude desta excepcionalidade, a Companhia solicitou à Caixa Econômica Federal, que concedessem prazo adicional para a divulgação dessas demonstrações financeiras até 30 de setembro de 2019. Não houve decretação de vencimento antecipado do financiamento da Companhia em razão do atraso de divulgação das demonstrações financeiras em questão.

Cornélio Antônio Pereira
Diretor Presidente

Alexandre Vidigal Pereira Pinto
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 53.140

Carolina Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contadora CRC-MG 77.839

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Central Eólica Volta do Rio, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2018, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2019.

Belo Horizonte, 27 de setembro de 2019.

Francisco Luiz Moreira Penna

Nelson Tamietti

Ronald Gastão Andrade Reis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Central Eólica Volta do Rio S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Volta do Rio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", se houver, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Volta do Rio S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às demonstrações financeiras, a Companhia está instalada em terreno arrendado, cujo contrato prevê a remoção de toda a estrutura operacional ao final do período de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a Companhia registrou o montante de R\$8.999 mil e R\$8.124 mil, respectivamente, referente aos custos estimados para gastos com a remoção de toda a estrutura operacional. No entanto, a documentação suporte disponibilizada pela Companhia não foi suficiente para suportar o montante registrado em 31 de dezembro 2018 e de 2017. Conseqüentemente, não foi possível concluirmos, por meio de procedimentos alternativos, sobre possíveis efeitos decorrentes de ajustes no ativo e no passivo não circulante e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, nem sobre os possíveis efeitos no resultado dos exercícios findos nessas datas, decorrentes da amortização do ativo e da atualização do passivo.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia vem apresentando prejuízos sucessivos e que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, incorreu em prejuízo de R\$32.025 mil. Essa condição, em conjunto com outros assuntos descritos na referida nota explicativa, indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Conforme mencionado na referida nota explicativa, a Companhia vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa, a qual, atualmente, está sendo financiada com recursos próprios. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, em decorrência da mudança de política contábil aplicada pela Companhia para os ativos operacionais e a correção de erro relacionado à constituição da provisão para desmobilização dos ativos operacionais, as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, correspondentes ao exercício anterior e apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

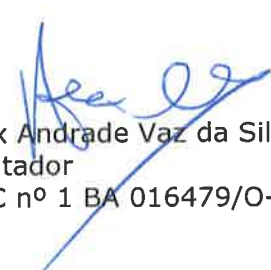
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 27 de setembro de 2019


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" CE


Alex Andrade Vaz da Silva
Contador
CRC nº 1 BA 016479/O-1 "T" SP